

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
MARX E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: A NEGAÇÃO COMO FUNDAMENTO DA CRÍTICA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
João Leonardo Medeiros	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O propósito do artigo é demonstrar o caráter negativo da crítica à Economia Política de Marx, em particular, e do procedimento crítico usualmente adotado pelo autor, em geral. Em outras palavras, o propósito é defender a ideia de que a negatividade é o atributo distintivo da crítica Economia Política de Marx, sendo, neste caso, a negatividade entendida como o oposto da positividade, isto é, da análise que toma as condições já efetivadas da realidade como fundamento exclusivo do conhecimento. Uma análise negativa da realidade é aquela que investiga as condições históricas de possibilidade da efetividade, em lugar de assumi-las como naturais, eternas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Marx; negação; crítica da Economia Política.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The paper's purpose is to demonstrate the negative character of Marx' critique of Political Economy, in general, and of the kind of critique usually adopted by the author, in general. In other words, the objective is to maintain the idea that negativity is the distinctive attribute of Marx' critique of Political Economy, being in this case negativity understood as the opposite of positivity, i.e., of the analysis that takes conditions of reality already actualized as the exclusive foundation of knowledge. A negative analysis of reality is that which investigates the historical conditions of possibility of actuality, instead of assuming it as natural, eternal.</p>			
EIXO TEMÁTICO			
Ciência, Filosofia e ideologia: estranhamento ou emancipação			

1. Introdução

Não há consenso sobre a dimensão exata da atitude crítica de Marx diante da Economia, palavra aqui que se refere mais à ciência econômica que às relações econômicas. Afirmar que Marx é crítico, de fato, esclarece muito pouco do conteúdo de sua crítica, pois a crítica se expressa em diferentes níveis e não necessariamente assume caráter científico. Seria possível inclusive afirmar que qualquer opinião contrária ao senso comum constituído a respeito de um determinado assunto é formalmente crítica e o mesmo poderia ser dito de quaisquer pares de entendimentos divergentes sobre um mesmo tema – inclusive na oposição entre duas opiniões conservadoras radicais (o neoliberalismo e o neofascismo, por exemplo).

O presente artigo propõe justamente uma reflexão sobre o conteúdo e a profundidade da crítica da Economia Política de Marx. Essa reflexão pode ser desenvolvida a partir de duas questões obviamente fundamentais para o tema: primeiro, como a crítica de Marx diferencia-se do tipo de crítica encontrada no interior da própria ciência econômica, quando uma teoria econômica confronta outra (por exemplo, na polarização entre keynesianos e neoclássicos); segundo, em que medida a atitude crítica de Marx influenciou a tradição marxista, principalmente no que se relaciona às intervenções próximas ao campo da Economia Política. Neste trabalho, a ênfase recai quase que exclusivamente sobre a primeira questão, não apenas por conta da limitação de tempo e espaço, mas também porque, ao fazê-lo, torna-se patente a linha de resolução da segunda.

A questão central a ser respondida pelo trabalho, portanto, é: qual o caráter peculiar da crítica da Economia Política proposta por Marx? Quatro sessões, além da conclusão, contêm o argumento necessário para elaborar uma resposta razoavelmente sustentada. Na primeira seção, o ponto é estabelecer os termos da diferenciação entre o que se denominará crítica positiva e crítica negativa do objeto. Além disso, defende-se preliminarmente que a crítica da Economia Política de Marx tem caráter negativo. A seção seguinte procura demonstrar que a negatividade da crítica é uma expressão no plano da ciência da negatividade do objeto. Negação, nesse contexto, é associada a possibilidade, uma categoria trazida da filosofia de Aristóteles. As duas seções anteriores à conclusão, tomadas em seu conjunto, examinam com detalhe os contornos da crítica da Economia Política de Marx, procurando, finalmente, oferecer argumentos

em defesa da tese de que a crítica de Marx é uma crítica negativa. Ademais, o procedimento crítico de Marx é apresentado como um procedimento de crítica (explanatória ou ontológica) que indaga sobre os fundamentos sociais das concepções sob crítica. A breve conclusão explora desdobramentos do argumento para o plano da práxis.

2. A negatividade da crítica da Economia Política de Marx

Numa primeiríssima e provisória (ainda que já bastante articulada) consideração a respeito do conteúdo da crítica da Economia Política de Marx, é preciso assinalar, como o fez o polêmico marxista Moishe Postone, sua total externalidade com relação às colocações à margem do corpo central da ciência econômica, mas ainda internas a ela. Para esse autor, portanto, é preciso diferenciar as concepções críticas que operam como heterodoxias em face da tradição hegemônica da Economia e a análise crítica de Marx, isto é, diferenciar a Economia Política crítica da crítica da Economia Política. (Postone, 2003, p. 50)

A colocação de Postone serve como uma luva para dar início ao argumento porque distingue as formas de crítica não exatamente por um critério conceitual, teórico, lógico, epistemológico ou metodológico, mas pela relação entre as teorias concorrentes e a realidade por elas espelhada. Enquanto as diversas Economias, pretendendo-se críticas ou não, funcionam como requisitos subjetivos (teóricos) da reprodução ampliada do capital, a crítica da Economia Política reconhece, de um lado, a sociedade regida pelo capital como condição social imediata de uma história rica em seu passado e plena de alternativas futuras e, de outro, a ciência econômica como fundamento teórico de uma práxis conservadora mais ou menos “humanitária”.¹ (Ibid., Capítulos 1 e 2)

Uma das maneiras de destacar a peculiaridade da crítica da Economia Política de Marx é pôr acento em seu caráter *negativo*. A negatividade é, segundo a interpretação aqui proposta, o atributo distintivo da crítica da Economia Política de Marx, o que só pode ser compreendido, no entanto, após uma explicação sobre o que vem a ser a

¹ Uma posição bem próxima à de Postone é defendida aqui Brasil por Mario Duayer. Na passagem a seguir, por exemplo, o autor aponta sinteticamente a peculiaridade da crítica de Marx: “[A crítica de Marx] Figura o mundo social de maneira radicalmente distinta não só das formas de consciência do cotidiano dessa sociedade, mas também de suas formas de consciência científicas, que, nessa condição, são obviamente plausíveis, empiricamente válidas, embora criticáveis, como o são por Marx”. (Duayer, 2012, p.40-41)

consideração negativa de um objeto. Esse é, por conseguinte, o ponto de partida do argumento.

O fundamental, nesse particular, é diferenciar uma consideração *positiva* sobre um objeto de uma consideração *negativa*.² Partindo do polo “positivo” da oposição, é preciso que se diga algo que parece óbvio, mas que não pode ser de forma alguma omitido: que positivo não tem, neste contexto, o sentido de “construtivo”, “bom”, “legal”, mas sim *do que se pôs à disposição da consciência*. Ou seja, trata-se aí de condições da existência que já se efetivaram, que se afirmaram como condições perceptíveis da prática e que, por essa razão, formam a dimensão empírica da realidade. A propósito, é justamente por essa razão que as diversas concepções empiristas são geralmente reunidas sob o rótulo de *positivistas*. Afinal de contas, o positivismo tem por base um achatamento do mundo no domínio das condições já efetivadas como realidades empiricamente constatáveis.³

O contraste entre a positividade e a negatividade aqui proposto baseia-se numa postura filosófica bem determinada, que reconhece que a existência contém em si um excesso de possibilidades sobre o que já se efetivou, sobre o que já se pôs. Como demonstrou Callinicos (2003, p. 165-168), há diversas maneiras de reconhecer e expressar este excesso do mundo sobre as condições imediatamente disponíveis, isto é, que “O real parece suficientemente capaz de oferecer uma série de coisas bizarras e surpreendentes” (Ibid., p. 167). Qualquer que seja o caminho buscado para isso, deve estar claro, no entanto, que a consideração negativa do objeto nada mais é do que a expressão crítico-metodológica de um atributo da própria realidade: como dito, da existência concreta de um excesso de possibilidades sobre as condições já postas como efetividades. A questão é como *demonstrar* (e não postular) a existência desse excesso de possibilidades sobre a efetividade e, a partir daí, estabelecer o nexo com a análise negativa do objeto.

Para quem parte de Marx, um caminho de resolução do problema é a famosa distinção de Aristóteles entre ato/efetividade (*enérgeia*) e potência/possibilidade

² A oposição entre ciência positiva e negativa talvez surpreenda aqueles que estão acostumados a entender o positivo (concepção sobre o que é) como o contrário do normativo (formulação sobre o que deveria ser). Para recusar essa presumida oposição, basta assinalar, com Duayer, Medeiros e Paineira (2001), que o positivo já é a teoria de uma determinada ontologia, ou seja, que a teoria positiva é a concepção instrumental a serviço de uma visão de mundo afirmada normativamente.

³ Para uma crítica bem articulada da ontologia empírica implícita à tradição positivista, ver Bhaskar (1998; 2008); Lukács (2012, Capítulo 1).

(*dýnamis*).⁴ Um dos possíveis sentidos da distinção aristotélica é aquele diretamente empregado por Marx no enunciado da categoria força de trabalho. A força de trabalho, a capacidade de trabalhar, passa de potência (possibilidade) a ato quando seu portador, um ser humano, atua como trabalhador. (Marx, 2013, p. 255) Marx reconhece assim uma diferença real entre força de trabalho (potência/capacidade) e trabalho (ato) que expressa como um par de categorias indispensável para sua consideração crítica do capitalismo.⁵

Há, entretanto, um sentido ainda mais profundo na oposição entre *enérgεια* e *dýnamis*, agora mais bem capturada na tradução efetividade x possibilidade. Uma formulação bem interessante pode ser encontrada na *Ontologia do ser social* (especialmente em Lukács, 2012, p.168-176; 2013, p.67-76) do filósofo marxista György Lukács. Quando Lukács traz para seu argumento a respeito da especificidade da existência social a *dýnamis* aristotélica, seus propósitos são bem específicos: de um lado, enfatizar a capacidade (transformadora) do agir teleológico dos seres humanos de converter possibilidades contidas na realidade em si mesma em novas efetividades; de outro, salientar o papel da consciência e o caráter de escolha implicado em tal ato de objetivação. A análise de Lukács, todavia, vê-se obrigada a trazer à luz o sentido mais geral e, por isso, abstrato da *dýnamis* elaborado por Aristóteles no livro Θ (Teta) da *Metafísica* (Aristóteles, 2006): o sentido de possibilidade como categoria modal (i.e., como modalidade do ser). É importante seguir, com algum detalhe, o argumento de Lukács, razão pela qual uma nova seção é dedicada ao tema.

3. Possibilidade e negação: uma concepção ontológica da negação

Um dos momentos da extensa *Ontologia* na qual Lukács lida com a categoria da possibilidade como categoria modal é aquele em que o autor estabelece um contraste

⁴ A tradução das duas categorias de Aristóteles *enérgεια* e *dýnamis* é complexa, podendo variar desde a oposição entre ato x potência/capacidade até a oposição entre efetividade x possibilidade. O texto a seguir variou as formas, seguindo a orientação de (Makin, 2006a, p. xxii-xxx).

⁵ Essa distinção entre ato e potência é bem próxima daquela utilizada por Aristóteles, por exemplo, em sua *Ética a Nicômaco* (Aristóteles, 1984, p. 67), quando se propõe a distinguir entre qualidades que adquirimos por hábito, dentre as quais a própria virtude, daquelas que possuímos por natureza. As coisas que nos vêm por natureza, diz Aristóteles, “primeiro adquirimos a potência e mais tarde exteriorizamos os atos. Isso é evidente no caso dos sentidos, pois não foi por ver ou ouvir frequentemente que adquirimos a visão e a audição, mas, pelo contrário, nós as possuíamos antes de usá-las, e não entramos na posse delas pelo uso”.

entre a formulação original de Aristóteles e a concepção elaborada em meio à crítica que Nicolai Hartmann dirige ao filósofo grego. (Lukács, 2012, p.171-173) Embora recuse o sentido geral da crítica de Hartmann, Lukács vale-se de formulações que atribui ao próprio Hartmann em sua interpretação da *dýnamis* aristotélica. É caso da categoria da labilidade, com a qual Lukács sedimenta o nexó existente entre possibilidade e propriedade do ser. Mais detidamente, o nexó entre as duas categorias é necessário para eliminar qualquer concepção da possibilidade como algo etéreo, brumoso, abstrato, afirmando-a como propriedade do ser. Propriedade essa que fica adequadamente expressa, como dito, mediante a categoria da labilidade: um grupo qualidades contidas no ser que podem ou não se afirmar no processo de transformação de uma efetividade em outra.⁶ (Ibid., p. 173)

De modo mais rigoroso e afirmativo, Lukács enfatiza o sentido da possibilidade como uma condição intermediária entre o ser e o não-ser, denotando a existência de possibilidades reais de efetivação contidas no ser.⁷ É preciso atenção ao enunciado: nem a categoria da possibilidade caracteriza qualidades já efetivadas (caso em que a possibilidade se confundiria com o próprio ser), nem caracteriza a impossibilidade imediata de efetivação (caso em que se confundiria com o não-ser).⁸ Nos termos de Aristóteles:

Toda potência [ou possibilidade] é, ao mesmo tempo, potência de duas coisas contrárias, uma vez que, se de um lado aquilo que não tem a potência de existir não pode ser propriedade de coisa alguma, de outro lado tudo aquilo que tem a potência de existir também pode não se transformar em ato. Consequentemente, aquilo que tem a potência de ser pode ser e também não ser; daí que seja a mesma coisa a potência de ser e de não ser. (Aristóteles, 2006, p. 12)

O que expressa a categoria da possibilidade, portanto, são condições existenciais das quais depende qualquer processo de transformação, como se pode facilmente compreender refletindo sobre a evolução das espécies. Por exemplo, em algum momento da evolução, primatas superiores contiveram o humano como possibilidade evolutiva, uma possibilidade que poderia ou não se explicitar. Essa possibilidade, no

⁶ O exemplo prosaico oferecido por Lukács ajuda a compreender o ponto: “Pensemos em um ovo sadio; ele possui a qualidade ([que Hartmann denomina] possibilidade parcial) de ser comestível e concomitantemente a de que dele pode ser chocado um pinto. Com certeza não depende das qualidades do ovo qual das duas possibilidades será efetivada precisamente nele. Acaso o ovo que foi comido não possuía a qualidade de ser chocado e vice-versa?” (Lukács, 2012, p. 173)

⁷ Esse é um dos sentidos da prioridade da efetividade com relação à possibilidade, como se pode perceber facilmente na seguinte sentença de Aristóteles (2006, p. 10): “tudo que vem a ser vem a ser a partir de algo e por meio de algo [...]”. Sobre a questão da prioridade da efetividade com relação à possibilidade, ver Makin (2006b, Capítulo 8).

⁸ A tradução desta passagem vem de Lukács (2013, p. 69).

entanto, não estava contida como um potencial de desenvolvimento imediato das primeiras formas de vida, unicelulares, de modo que elas não poderiam evoluir diretamente para um ser da complexidade biológica do *homo sapiens*.

Uma vez reconhecida a possibilidade como momento latente da efetividade, o ponto agora é finalmente estabelecer de modo preciso o nexos entre esta categoria e a negação.⁹ Considerando que Marx clara e corretamente recusou atribuir à negação enquanto tal qualquer sentido ontológico ao afirmar que “Um ser não objetivo é um não-ser” (Marx, 2004, p. 127), a negatividade que se opõe à positividade das condições de existência já efetivadas tem de ser compreendida com cautela e exatidão.

É necessário, neste particular, recusar o entendimento da negação em sentido meramente lógico, uma tentação para a qual foram atraídas, segundo Lukács (Ibid., p. 215-218), tanto a formulação de Hegel quanto a de Engels da categoria. Tampouco se trata do simples enunciado da negação enquanto expediente indispensável para o conhecimento, ou seja, da negação entendida gnosiologicamente como o oposto da determinação.¹⁰ Como diz Lukács:

A determinação do ser-assim de um objeto implica – para o conhecimento – a negação de todo e qualquer ser-outro; mas é impossível que a negação possa conter em si uma determinação efetiva do objeto em questão, pois para isso ela é muito indeterminada, até mesmo no plano do conhecimento. (Lukács, 2012, p. 171)

Para “operar no plano ontológico com a categoria da negação” é indispensável que ela se refira a “objetos e processos” cujo “tomar-se outro significa objetivamente uma passagem que subverta radicalmente as formas de objetividade ou dos processos”. (Ibid., p. 217) Um exemplo muito simples negação desta forma é a morte, que ontologicamente nega o processo reprodutivo biológico. Neste caso, a negação apresenta-se como momento da vida orgânica, *como a única forma de negação sem sujeito*, mas realmente objetiva, do “processo autorreprodutivo que constitui o organismo”. O fundamental aqui é que, da negação, “surge algo não só simplesmente diverso, mas algo ontologicamente novo com relação ao organismo”. (Ibid.)

⁹ Para isso, além das passagens, já apontadas, em que Lukács examina a categoria da possibilidade, ver o trecho do capítulo sobre a “reprodução”, em que o autor retoma a análise da negação. Cf.: Lukács (2012, 214-220; 2013, p. 286-289)

¹⁰ Num exemplo simples, Lukács explica o papel da negação para o conhecimento: “O fato de a Terra girar em torno do Sol implica a negação da teoria ptolomaica; mas o fato de o Sol não girar em torno da Terra se coaduna, nesse enunciado, com inúmeras concepções do sistema solar; o fato de todas elas serem falsas exceto uma não pode ser inferido da própria sentença, pois a simples negação não contém qualquer determinação determinada”. (Lukács, 2012, p. 171)

No caso da negação como categoria da sociedade, é indispensável ter em conta sua íntima conexão com a práxis teleológica.¹¹ *Ontologicamente, a negação só pode ser enunciada, ao menos neste enquadramento teórico, com base na possibilidade (nos termos acima apontados).* Por outro lado, a teleologia – atributo definidor da especificidade do agir humano – caracteriza-se justamente pelo fato de que o sujeito do agir revela-se capaz de *negar* o fluxo espontâneo do ser, objetivando uma possibilidade que, na ausência da ação, permaneceria presa na efetividade como uma sua condição latente, mas não objetiva. (Lukács, 2013, p. 287-288)

Isso pressupõe, de um lado, um conjunto de determinações da práxis intencional criadora (a consciência desenvolvida, a própria finalidade a ser objetivada, objetos e processo reais indispensáveis ao ato de objetivação, por exemplo), mas também uma labilidade do próprio ser, que Lukács captura pela categoria da *alternativa*.¹² (Lukács, 2013, p. 71-77; p. 287-288) Mais detidamente, é preciso que a nova efetividade objetivada pela ação que nega o fluxo regular do ser esteja contida na realidade mesma como possibilidade, uma possibilidade de negação apreendida pelos seres humanos (subjettivamente) sob a forma de uma alternativa concreta disponível à ação e escolhida em meio a outras opções concretamente disponíveis. Só assim parece ser possível associar negação, propriedade e possibilidade de modo correto, estabelecer seu caráter ontológico, seu nexu com a práxis humana e, com isso tudo, evitar a tentação logicista ou gnosiológica a que, de acordo com Lukács, cederam Hegel e Engels.¹³

¹¹ Lukács desenvolve esse argumento examinando o trabalho, tomado como forma modelar de práxis teleológica. É bastante complexa e extensa a análise do autor, podendo ser considerada inclusive o momento central da obra, pois é justamente na análise do trabalho (justamente no enunciado da categoria da alternativa) que o autor finalmente revela a gênese ontológica do comportamento moral e de seus pressupostos (valor e dever ser). Cf.: especialmente, Lukács (2012, p. 218-219; p. 343-363; 2013, Capítulo I).

¹² “As negações que encontramos no âmbito do ser social revelam-se não apenas ligadas ontologicamente a sujeitos, mas seu modo essencial de ser se origina do fato de que toda atividade humano-social procede necessariamente de alternativas, pressupõe uma escolha, uma decisão específica. [...] Da alternativa, nasce, por isso, uma bipartição do mundo objetivo, em função das reações provocadas pelas inter-relações com ele, bipartição posta pelo sujeito sobre a base das propriedades conhecidas do objeto”. (Lukács, 2012, p. 218-219) Sobre a categoria da alternativa, ver especialmente Lukács (2012, p. 343-363; 2013, p. 66-76)

¹³ O contraste de Lukács entre a negação entendida em termos meramente teóricos e a negação entendida em termos ontológicos é bastante interessante: “Em juízos puramente teóricos, fundados de modo lógico, como ‘não existem dragões de sete cabeças’, a forma negativa corresponde à faticidade real (porque eu realmente nego a existência desses dragões e nada mais). Mas quando digo, por exemplo, que ‘como republicano, eu nego a monarquia’, essa proposição corresponde a uma realidade de tipo inteiramente diverso: a monarquia existe, mas não deve existir; quer dizer, faz-se necessária uma atividade social para torná-la não existente”. (Lukács, 2012, p. 217-218)

Em suma, o mundo contém em si um excesso sobre as possibilidades correntes que são o fundamento ontológico de uma práxis humana realmente transformadora, capaz de negar o fluxo regular da história. Para isso, possibilidades contidas na existência são reconhecidas como alternativas disponíveis à ação, escolhidas e afirmadas como valores (útil, correto, bom etc. contra o inútil, incorreto etc.) e, finalmente, efetivadas, objetivadas. Uma análise *negativa* da realidade é, portanto, aquela que investiga as condições históricas de afirmação da efetividade em meio às possibilidades disponíveis na própria efetividade, em lugar de assumi-las como naturais, eternas, e que, por essa razão, não cede espaço à naturalização do existente e à instrumentalização do conhecimento.

A título de síntese, e de modo ultraesquemático, pode-se diferenciar a ciência positiva da ciência negativa por suas preocupações centrais, elaboradas sob a forma de indagações a respeito da configuração corrente do mundo. Enquanto a pergunta chave da ciência positiva é “Qual o agir mais eficiente considerando que o mundo é como é, com suas condições já efetivadas?”, a pergunta típica da ciência negativa assemelha-se a algo como “Quais as condições históricas para que o mundo seja como realmente como é, com sua forma já efetivada e suas possibilidades de emergência?”

4. A crítica negativa de Marx tomada como reconhecimento de possibilidades históricas

Considerando o que foi dito, já está claro que, na interpretação aqui defendida, a crítica da Economia Política de Marx tem justamente essa perspectiva: em lugar de, como na ciência burguesa, assumir as categorias que conformam a experiência cotidiana da sociedade atual como categorias naturais, eternas, Marx indaga sobre as condições históricas que as tornam formas de existência possível. Em lugar de considerar o mundo presente como exaurido pelas possibilidades já efetivadas como realidade, a análise crítica de Marx investiga potências contidas na forma social presente que podem ser liberadas de modo a constituir novas efetividades, novas realidades, dentro ou fora dos marcos da sociedade atual, fortuitamente ou por uma práxis coletiva (reformista ou, de fato, transformadora, dependendo da natureza mesma da possibilidade a se efetivar).

Para oferecer uma ilustração paradigmática, recorde-se que, em *O capital*, referindo-se à teoria do valor, Marx argumenta que os economistas percebem o valor como uma condição natural da existência, como determinação universal da atividade

produtiva humana. Na melhor das hipóteses, os economistas preocuparam-se em revelar o conteúdo do valor (Economia Política), mas no geral ocuparam-se apenas de formular uma teoria sobre sua determinação quantitativa (Economia vulgar). O que escapou aos economistas foi justamente a origem histórica do valor ou, dito de outro modo, as condições históricas em que o trabalho humano conformou conteúdo de valor e a quantidade de trabalho sua grandeza.

Essas formas, em cuja “testa está escrito” que pertencem a uma formação histórica particular, “são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo”. (Marx, 2013, p. 155-156) Se, em formações sociais diversas do passado, o desenvolvimento mercantil pariu formas de valor minimamente complexas, o valor como categoria universal só encontrou no período capitalista as condições objetivas indispensáveis para transitar de possibilidade à efetividade.

Por outro lado, para retomar o contraste entre a consideração positiva e negativa do objeto, é importante salientar que, no interior da própria ciência econômica, a crítica apresenta-se como momento determinante do discurso, ainda que de outra maneira, justamente positiva. A crítica, neste caso, baseia-se na afirmação de que uma teoria ou forma de consciência alternativa, rival, não captura ou representa adequadamente a positividade, sendo, portanto, insuficientemente universal ou ainda pouco eficiente.¹⁴

No que se refere à resolução prática, a crítica positiva implica a construção de uma formulação alternativa que possibilite o amparo a práticas alternativas *atuantes de modo mais amplo e/ou eficiente no interior das condições já efetivadas do mundo*. A crítica negativa de Marx também possui um momento propriamente teórico, mas o supera quando indaga sobre os fundamentos sociais das categorias articuladas pelas formas de consciência sob crítica, ou seja, quando questiona sobre as condições históricas que tornam as categorias correntes eficazes na prática. Em lugar de desdobrarem-se numa práxis que assume as condições existentes como insuperáveis (e simplesmente passíveis de rearranjo eficiente), a crítica negativa suscita uma práxis descompromissada *a priori* com a preservação das “possibilidades” já postas como efetividade.

¹⁴ Dois casos paradigmáticos, escolhidos dentre uma infinidade de exemplos possíveis, são os da crítica de Keynes (1996) à economia neoclássica e a crítica de Friedman (1989) à economia keynesiana.

É interessante perceber, neste ponto, que a atitude negativa de Marx diante da ciência econômica e da própria economia capitalista já é conscientemente assumida desde sua polêmica com Proudhon, em meados da década de 1840. Numa carta a Pavel V. Annenkov, escrita em 28 de dezembro de 1846, Marx diferencia sua atitude crítica de maneira muito clara da postura assumida por Proudhon e pela economia burguesa:¹⁵

Ele incorre, portanto, no erro de todos os economistas burgueses, que consideram estas categorias econômicas como leis naturais e não como leis históricas válidas apenas para um desenvolvimento histórico particular, para um desenvolvimento bem-definido das forças produtivas. Em lugar de, por conseguinte, encarar as categorias como expressões abstratas de relações sociais históricas, transitórias, reais, o Sr. Proudhon, graças a uma inversão mística, toma as relações reais meramente como reificações destas abstrações. (Marx, 1975, p. 100)

Essa atitude negativa que Marx traz à consciência já na década de 1840 é realmente definidora de sua crítica da Economia Política. Pode-se por isso afirmar, inclusive, que, sem reconhecer o caráter negativo da crítica à Economia Política de Marx, não se entende minimamente nem a orientação teórica geral do argumento de *O capital*, nem suas implicações práticas. Acontece que esse caráter negativo da obra nem sempre foi (ou tem sido) reconhecido ou valorizado, sendo mesmo negligenciado em leituras muito difundidas, de maneira que é preciso, de tempos em tempos, insistir com veemência no ponto.

5. Crítica negativa e crítica explanatória: da negação das ideias à negação do objeto

Para isso e também para variar as referências, é interessante trazer para a discussão uma formulação alternativa, que também acentua o caráter negativo da obra de Marx, ainda que de modo ligeiramente distinto. Trata-se, na verdade, de duas formulações muito semelhantes, construídas de modo totalmente autônomo uma com relação à outra: a noção de *crítica ontológica* defendida por Lukács na obra fartamente empregada nas seções anteriores (Lukács, 2012, especialmente Capítulo IV) e a noção de *crítica explanatória*, defendida originalmente por Roy Edgley (1998) e depois difundida por Roy Bhaskar (especialmente, 1998, p. 73-77).

Esses nomes – crítica ontológica ou explanatória – apenas capturam o complexo procedimento crítico corriqueiramente adotado por Marx, um procedimento no qual a

¹⁵ Na Ideologia Alemã, Marx e Engels (2007, p. 510) afirmam que Proudhon criticou “a economia política a partir do ponto de vista econômico-político e o direito a partir do ponto de vista jurídico”.

dicotomia radical entre teoria e prática (assim como a oposição entre fato e valor) é francamente recusada em favor da ênfase na capacidade da crítica de *negar* não apenas as formas de consciência falsas, mas também seus fundamentos objetivos como indesejáveis. A apresentação de Bhaskar (Ibid.) facilita muito o entendimento da questão, de maneira que ela será tomada como referência principal no que se segue.

De acordo com Bhaskar, o procedimento crítico característico da obra de Marx envolve necessariamente três passos. O primeiro passo é a demonstração da deficiência explanatória da concepção sob crítica e, como outro lado da moeda, a elaboração de uma teoria com conteúdo explanatório mais amplo. Para ilustrar com um exemplo de *O capital*: na crítica à forma salário, Marx demonstra que o salário, como o camaleão, *precisa ter* uma aparência ilusória. (Marx, 2013, Capítulo XVII) A preservação do camaleão pressupõe que ele apareça mimetizado na paisagem; a existência de uma sociedade baseada no trabalho assalariado pressupõe que o valor da força do trabalho apareça mimetizado no “valor do trabalho”.

O segundo passo da crítica explanatória supera o momento teórico inicial e confere à crítica o caráter mesmo de *explicação*. No caso, trata-se de uma explicação sobre a razão de existência da concepção que se alega falsa e/ou parcial, insuficiente. Esse passo explanatório da crítica revela o entendimento de que, se a concepção é falsa e ainda assim dotada de legitimidade social, é porque algum papel na reprodução social ela é capaz de desempenhar.¹⁶ Seguindo com a análise de Marx da forma salário, o ponto do autor é que o salário tem sua existência intimamente relacionada à necessidade de ocultar o trabalho não-pago sob a forma de valor, sendo portanto uma forma de consciência não apenas adequada, mas indispensável à reprodução do capital. (Ibid. p. 610) Em síntese, a aparência mistificada é um elemento decisivo da condição existencial do salário, da mesmíssima maneira como a forma do camaleão é um momento decisivo de sua reprodução.

Por fim, o procedimento crítico de Marx transita desde o plano da teoria para o plano da práxis quando alcança o momento de crítica das estruturas que requerem a falsa consciência, por um lado, e das práticas que pressupõem a concepção em exame, por outro. Isso significa dizer que, uma vez reconhecidos os desdobramentos práticos da falsa consciência, pode-se transitar diretamente da crítica teórica para a crítica das práticas correntes e das condições sociais necessárias a ela. Em nossa ilustração, o

¹⁶ Um texto no qual esse atributo da crítica de Marx é posto em primeiro plano é Duayer (2001).

passo consiste na crítica das práticas informadas por formas de consciência que assumem o salário tal como se apresenta na “superfície da sociedade burguesa”, e das próprias estruturas existenciais que tornam aquela concepção necessária, a despeito *ou por causa* de sua falsidade.

Não há, evidentemente, uma identidade, um isomorfismo, entre a atitude crítica que se denominou negativa e a crítica explanatória ou ontológica. O qualificativo negativo, não se pode esquecer, foi apresentado como o contrário de positivo, de modo a caracterizar o afastamento crítico das formas diversas de consciência que assumem as condições da experiência já efetivadas ou imediatamente efetiváveis como fundamento exclusivo do conhecimento. A intenção, portanto, era enfatizar o caráter histórico da realidade (isto é, em sua capacidade de ser-outra) e o potencial transformador contido na práxis humana. O que faz a crítica explanatória ou ontológica é voltar esse raciocínio para as próprias formas consciência, destacando seu caráter histórico, sua conexão objetiva com as condições sociais existentes e a possibilidade da negação crítica tanto das formas de consciência quanto das condições sociais que as reclamam como formas de consciência necessárias, legitimando-as. Por essa razão se disse, ainda que com outras palavras, que a crítica explanatória ou ontológica também se imbui do espírito negativo do pensamento crítico de Marx.

São tantas as instâncias de críticas explanatórias específicas contidas na obra de Marx que seria possível elaborar um estudo exclusivamente dedicado a listá-las.¹⁷ Um exemplo recorrentemente citado é o da forma salário, que se acabou de sumariar. Para citar como ilustração outra passagem bastante conhecida, pode-se recordar o momento

¹⁷ No caso de *O capital*, outras críticas explanatórias muito interessantes são: aquela contida na análise do fetichismo da mercadoria (Marx, 2013, p. 146-158); a crítica da equação de preços que viria a definir a teoria quantitativa da moeda (ou, de modo mais geral, ao mercantilismo primitivo) (Ibid., p. 190-197); a análise sobre a gênese do impulso ao entesouramento (Ibid., 203-207); a crítica teoria da abstinência (Ibid, p. 666-674, a refutação da teoria do crescimento populacional (Ibid., 705-711), apenas para ficar entre alguns poucos exemplos do Livro I. Em quase todas as obras de Marx, procedimentos críticos como esse são facilmente identificáveis. Os *Grundrisse, em particular*, são plenos de críticas explanatórias, nas quais ideias correntes ou científicas são submetidas ao escrutínio negativo de Marx. É interessante recordar aqui uma passagem curta em que a atitude crítica negativa do autor pode ser facilmente constatada. Elaborando sobre a maneira como a contradição interna à mercadoria, a contradição entre valor de uso e valor, assume um caráter externo e mistificador na oposição entre mercadoria e dinheiro, Marx afirma: [quando a natureza de valor da mercadoria se expressa no dinheiro ela se torna] “loucura; a loucura, entretanto, como um momento da economia e determinante da vida prática dos povos”. (Marx, 2013, p. 208) Também não se poderia deixar de mencionar a belíssima crítica explanatória do utilitarismo desenvolvida em (Marx & Engels, 2007, p. 394-411).

em que, logo no início de *O capital*, Marx inspeciona criticamente a análise do valor empreendida por Aristóteles na *Ética a Nicômaco*.

Em primeiro lugar, Marx argumenta que Aristóteles chega próximo de reconhecer o trabalho como fundamento do valor. É claro que, por não fazê-lo, a teoria de Aristóteles pode e deve ser considerada uma teoria insuficiente e, como tal, falsa. Na apresentação esquemática agora mesmo proposta, essa consideração de Marx ainda estaria aqui presa ao primeiro momento da crítica explanatória. O caráter propriamente explanatório da crítica ganha corpo quando Marx procura explicar por que o genial Aristóteles não conseguiu reconhecer o trabalho como fundamento do valor. Diz ele:

[essa descoberta] só é possível numa sociedade em que a forma-mercadoria [*Warenform*] é a forma universal do produto do trabalho e, portanto, também a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles brilha precisamente em sua descoberta de uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Foi apenas a limitação histórica da sociedade em que ele vivia que o impediu de descobrir em que “na verdade” consiste essa relação de igualdade. (Ibid., p. 136)

Para fechar a lista de ilustrações e, com ela, a seção, pode-se retomar *O capital*, tomado agora como todo, com o entendimento de que seu argumento pode e deve ser caracterizado como um procedimento crítico-explanatório, como uma crítica negativa. Marx demonstra fundamentalmente em *O capital* que: (1) a formação social capitalista é dotada de uma contraditória dinâmica regida por leis, constituída historicamente de modo espontâneo, que, todavia, toma a forma de uma dinâmica natural, eterna; (2) a ciência econômica sempre parte, em sua visão vulgar ou propriamente científica, de uma perspectiva que assume essa imagem da sociedade capitalista como a representação direta de sua essência; (3) a ciência econômica, por fazê-lo, converte-se necessariamente num instrumento a serviço da reprodução mais eficiente da sociedade regida pelo capital.

A Economia de Marx não é, por essa razão, Economia crítica, mas crítica da Economia. Não se trata de uma teoria econômica positiva, uma teoria da positividade, mas de uma reflexão negativa sobre o caráter histórico da sociedade capitalista e sobre o conjunto de possibilidades nela contida. Não se trata de uma elaboração destinada à administração mais eficiente ou ampla do que existe, mas de uma consideração teórica com outro sentido prático. Isso é o que se pretende brevemente enfatizar na conclusão a seguir.

6. Conclusão

O ponto a destacar com toda força, nessa seção conclusiva, é que a atitude negativa da crítica de Marx à Economia Política desdobra-se numa atitude negativa no campo na prática. Em outras palavras, o desdobramento prático mais imediato da crítica da Economia Política de Marx é uma atitude de negação, que também pode ser agora simplesmente apreendida pela palavra *liberação*: sua crítica desdobra-se, de direto, numa proposta de eliminação das estruturas e condições sociais associadas a formas subjetivas mistificadas indispensáveis para a mobilização da práxis no sentido de sua reprodução.

Este é, reconhecidamente, um ponto polêmico. O que se afirma aqui, com todas as letras, é que o desdobramento prático direto mais importante – embora não exclusivo, vale a ressalva – da crítica à Economia Política de Marx é negativo, emancipador no sentido de libertador de condições opressivas, em lugar de conformador de uma práxis positiva que atue no sentido da construção de uma sociedade idealmente antecipada a partir das condições do presente. Desde jovem, o próprio Marx nutre essa visão negativa da práxis emancipadora, tal como se pode constatar em passagens diversas de sua famosa colaboração com Engels, dentre as quais duas são particularmente representativas:

O comunismo não é para nós um estado de coisas [*Zustand*] que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento resultam dos pressupostos atualmente existentes. (Marx & Engels, 2007, p. 38)

O trabalho é livre em todos os países civilizados; não se trata de libertar o trabalho, mas de supressão-lo [aufheben]. (Ibid., p.201-202)

É evidente que esta atitude negativa de Marx, a sua proposta de liberação das condições opressivas do capital, também tem um momento positivo (no sentido de pôr, mais uma vez), um momento de construção. Isso é obviamente indispensável para distinguir a proposta de superação do capitalismo articulada a partir da obra de Marx de proposições anticapitalistas que pretendem mover a história para o passado e não para o futuro. É entretanto importantíssimo, neste particular, salientar que a atitude positiva de Marx não aponta para condições do presente, mas sim para condições *contidas* no presente, mas ainda não efetivadas (e não efetiváveis nas condições do presente).

Num momento em que o capitalismo tem exigido de seus ideólogos um grande esforço de resolução de problemas imediatos, é realmente muito importante, para aqueles que se inspiram na obra de Marx para justificar e dar sentido à práxis emancipadora, restaurar o sentido negativo de sua crítica. Do ponto de vista prático-

imediatamente, isso significa, entre outras coisas, deixar para os economistas a operação instrumental sobre a positividade do capital. Os economistas certamente estarão muitíssimo ocupados nos próximos anos, talvez décadas, em lidar com as crises de toda ordem – crises que, ao que parece, não vão sumir do horizonte tão facilmente. Enquanto a ciência econômica ocupa-se desta tarefa árdua, quem sabe os marxistas não possam, uma vez mais, concentrar-se em reunir braços e mentes, forças objetivas e subjetivas, para finalmente eliminar de uma vez por todas as estruturas indispensáveis à existência do capital?

Bibliografia

- ARISTÓTELES. *Metaphysics*, Book Θ. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ARISTÓTELES. “Ética a Nicômaco”. In: ARISTÓTELES. *Metafísica (Livro I e Livro II); Ética a Nicômaco e Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BHASKAR, Roy. *A realist theory of science*. London; New York: Routledge, 2008.
- BHASKAR, Roy. *The possibility of naturalism*. London; New York: Routledge, 1998.
- CALLINICOS, Alex. *The resources of critique*. Cambridge (UK); Malden: Polity Press, 2006.
- DUAYER, Mario. “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho”. *Em pauta*, Rio de Janeiro, 1o. Semestre de 2012, n. 29, v. 10, p. 35-47.
- DUAYER, Mario. “Marx, verdade e discurso”, *Perspectiva*, n. 35. Florianópolis: UFSC, 2005.
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo; e PAINCEIRA, Juan Pablo. “A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica”, *Estudos econômicos*. São Paulo: FIPE, v.31, n.4, out./dez, 2001.
- EDGLEY, Roy. “Reason as dialectic: science, social science and socialist thought”, in ARCHER, M. et alli (eds.). *Critical realism – essential readings*. London: Routledge, 1998.
- FRIEDMAN, Milton. “Quantity theory of money”. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; e NEWMAN, P. (eds.). *The new Palgrave: money*. London: Macmillan, 1989.
- KEYNES, John M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, volume II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, volume I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- MAKIN, Stephen. “Introduction”. In: ARISTÓTELES. *Metaphysics*, Book Θ. Oxford: Oxford University Press, 2006a.
- MAKIN, Stephen. “Commentary”. In: ARISTÓTELES. *Metaphysics*, Book Θ. Oxford: Oxford University Press, 2006b.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*, livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl. “Marx to Pavel Vasilyevich Annenkov, 28 December 1846”. In: *Marx and Engels Collected Works*, volume 38. New York: International Publishers, 1975.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- POSTONE, Moishe. *Time, labor, and social domination. A reinterpretation of Marx’s critical theory*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.